

Ata N.º	25/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**ATA N.º 25/2015 DE 18 DE DEZEMBRO**

----- Aos **dezoito** dias do mês de **dezembro** do ano de **dois mil e quinze**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a vigésima quinta reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, não pública, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, Presidente da Câmara, estando presente toda a Vereação, Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Sr. Eng.º João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo, Sr. Carlos Dias Mota e Sr. Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Assistente, Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta e cinco minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.- -----

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”** -----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- **a) Ceia de Natal da Câmara Municipal.** -----

----- O Sr. Presidente lembrou a Vereação de que hoje, dia 18 de dezembro, no restaurante Quinta da Ponte, em Pendilhe, irá realizar-se a Ceia de Natal da Câmara Municipal. -----

----- Os Srs. Vereadores Carlos Mota e Cristóvão Ferreira agradeceram o convite formulado pelo Sr. Presidente já em reunião camarária anterior, mas que lamentavelmente não podiam estar presentes e participar na Ceia visto já se terem anteriormente comprometido em participar noutros eventos idênticos, no âmbito da sua área laboral ou de serviço. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 - Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 4 dezembro de 2015**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Vereador Carlos Mota por não terem estado presentes, aprovar o texto definitivo da ata da reunião ordinária de quatro de dezembro.-----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **a) Empreitada de “ Infraestruturação e Pavimentação dos Arruamentos I, J, K, L, M, N, O e P em Vila Nova de Paiva “** – Adjudicatário: Embeiral – Engenharia e Construção, S. A. – Apreciação e votação do auto de medição n.º 10 de trabalhos normais, no valor, excluído o IVA à taxa de 6%, de € 56.560,81 (cinquenta e seis mil, quinhentos e sessenta euros e oitenta e um cêntimos) – Informação n. 123-P/15, de 11 de dezembro de 2015, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU).-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respetivo pagamento.-----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Cátia Sofia Pinto Ferreira, residente em Vila Cova à Coelheira** – Por requerimento registado em 12 de novembro de 2015, apresenta candidatura ao Incentivo à Natalidade e Adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento do 1.º filho, Matilde Ferreira, em 6 de outubro de 2015 – Análise da candidatura – Informação n.º 96-USC-15, de 30 de novembro de 2015, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Considerando que o Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade e à Adoção aprovado pelo Regulamento N.º 724/2015 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 204, de 19 de outubro de 2015, entrou em vigor em 20 de outubro; considerando que nestas condições não se verifica enquadramento do pedido no art.º 7.º; considerando no entanto que a situação demográfica do Município é extremamente preocupante e importa incentivar a natalidade, o Executivo deliberou por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de quinhentos euros, idêntico ao previsto na alínea a) do n.º 2 do art.º 15.º do Regulamento n.º 724/2015, aplicando-se assim os termos da sua atribuição por analogia com aquelas disposições regulamentares. -----

----- **b) Marisa Filipa Afonso Ferreira, residente em Queiriga** – Por requerimento registado em 3 de dezembro de 2015, apresenta candidatura ao Incentivo à Natalidade e Adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento do 2.º filho, Núrea Ferreira Lopes, em 14 de outubro de 2015 – Análise da candidatura – Informação n.º 100-USC-15, de 30-11-2015, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Considerando que o Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade e à Adoção aprovado pelo Regulamento N.º 724/2015 publicado na 2.ª

Ata N.º	25/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

Série do Diário da República n.º 204, de 19 de outubro de 2015, entrou em vigor em 20 de outubro; considerando que nestas condições não se verifica enquadramento do pedido no art.º 7.º; considerando no entanto que a situação demográfica do Município é extremamente preocupante e importa incentivar a natalidade, o Executivo deliberou por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de mil euros, idêntico ao previsto na alínea b) do n.º 2 do art.º 15.º do Regulamento n.º 724/2015, aplicando-se assim os termos da sua atribuição por analogia com aquelas disposições regulamentares. -----

----- **c) Paulo Jorge Lopes Machado, residente em Alhais** – Por requerimento registado em 11 de dezembro de 2015, apresenta candidatura ao Incentivo à Natalidade e Adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento do 1.º filho, Tiago Fernandes Machado, nascido a 23 de novembro de 2015 – Análise da candidatura – Informação n.º 32/SASS/15, de 15.12.2015, da Unidade Social e Cultural (USC).-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a concessão de um subsídio no montante de quinhentos euros, nos termos e condições previstos na alínea a) do n.º 2 do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. ---

----- **d) Proposta de parecer prévio favorável da Câmara Municipal para a celebração de novo contrato de prestação de serviços no âmbito das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) da Educação Pré-Escolar e outras para o ano letivo de 2015/2016.** -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 15 de dezembro, do seguinte teor integral: -----

*“Considerando que:*

*1. Por deliberação tomada na reunião ordinária do dia 2 de outubro de 2015, a Câmara Municipal, de harmonia com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2015 (LOE 2015), conjugado com o art.º 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, deu parecer favorável à celebração de contratos de prestação de serviços para o ano letivo de 2015/2016, para as atividades, condições e prazos indicados naquela deliberação, com 6 (seis) prestadores de serviços, independentemente da natureza da contraparte, na modalidade de tarefa, ao abrigo da alínea a), do n.º 2, do art.º 10.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), sendo o procedimento de formação do contrato por ajuste direto, ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).*

*2. Por Informação n.º 98/USC/15, de 1 de dezembro de 2015, da Unidade Social e Cultural (USC) desta Câmara Municipal, é proposta a contratação de mais um prestador de serviços para o ano letivo de 2015/2016, com efeitos a partir de 2 de janeiro de 2016 até 31 de julho de 2016, tendo em vista o desenvolvimento das seguintes atividades*

*a) Atividades no âmbito da “Escola Municipal de Natação” nas instalações das Piscinas Municipais, dirigidas à população em geral;*

*b) Atividades de Natação no âmbito do apoio às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) dos alunos do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva, das Escolas do 1.º CEB de Vila Nova de Paiva, Vila Cova à Coelheira e Touro;*

*c) Atividades de Natação e Educação Física no âmbito das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) da Educação Pré-Escolar, previstas no art.º 3.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 164, de 24 de agosto de 2015;*

*d) Atividades de Educação Física no âmbito dos Programas de Atividade Sénior e “Mais Desporto Mais Saúde”, a realizar em instalações das Juntas de Freguesia e nos Lares de Idosos e Centros de Dia da área do Município;*

*e) Atividades no âmbito da “Sala Polivalente de Ginástica” sita nas instalações das Piscinas Municipais, nas modalidades de fitness, de wellness ou de outras modalidades de grupo, dirigidas à população em geral;*

*3. O n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015 estabelece a exigência de parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal para a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços pelos municípios, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença e contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica, dependendo o referido parecer da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a), b) e c) do n.º 6 do mesmo artigo, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, tendo sido entretanto publicada a Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio.*

*4. Por sua vez, o n.º 1 do mesmo artigo 75.º da LOE 2015, estipula que a redução remuneratória prevista no n.º 1 do art.º 2.º, e no art.º 4.º, da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.*

Ata N.º	25/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

5. Estabelece o n.º 2 do art.º 3.º da referida Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, que a emissão de parecer prévio favorável da Câmara Municipal depende da verificação dos seguintes requisitos cumulativos: (i) que o objeto dos contratos de aquisição de serviços a celebrar ou a renovar se trate da execução de trabalho não subordinado, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público, (ii) que exista cabimento orçamental, (iii) que não existam impedimentos à celebração ou renovação dos contratos quando a eventual contraparte seja determinável e (iv) se demonstre o cumprimento e aplicação da redução remuneratória.

6. Para o desenvolvimento das atividades identificadas no n.º 1, a Câmara Municipal não dispõe de trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para assegurar as referidas atividades, nem se revela conveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público, atendendo, por um lado, ao período de atividade definido, e, por outro lado, não estar necessariamente assegurada a continuidade da prestação já que algumas das atividades só se realizarão se houver interessados.

7. O Município necessita de contratar assim mais 1 (um) prestador de serviços para desenvolvimento das atividades referidas, detentor de qualificação ao nível de licenciatura ou superior para as seguintes área de Natação e Educação Física.

8. Dada a natureza das atividades a desenvolver, os prestadores de serviços atuarão com autonomia profissional, não se encontrando sujeitos à disciplina e à direcção da Câmara Municipal, nem sendo imposto propriamente o cumprimento de horário de trabalho, mas antes uma programação de atividades que pode ou não concretizar-se, pelo que será de entender que, nestas condições, não se trata de trabalho subordinado.

9. Justificar-se-á assim a contratação de pessoa singular com a formação adequada para as atividades em causa, em regime de prestação de serviços, na modalidade de tarefa, ao abrigo da alínea a), do n.º 2, do art.º 10.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP), devendo a celebração dos contratos satisfazer as disposições do n.º 1 do art.º 32.º da LTFP.

10. Não há lugar a recurso a pessoal em situação de requalificação (anteriormente designada mobilidade especial) apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, mediante procedimento prévio de recrutamento previsto no art.º 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro (regime jurídico de requalificação de trabalhadores em funções públicas), com consulta ao INA –

*Instituto Nacional de Administração, cujos termos e tramitação estão regulados pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, dado que muito embora aquela norma seja aplicável à administração local, as autarquias locais estão dispensadas de consulta ao INA, conforme Despacho n.º 2.556/2014, de 10 de julho, do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública.*

*11. Os encargos com o prestador de serviços são suportados pela rubrica orçamental 01.02/01.01.07 – Pessoal em regime de tarefa e avença, com cabimento por declaração a emitir pelo setor de contabilidade da Divisão de Administração e Finanças.*

*12. As atividades referidas no n.º 2 que antecede serão remuneradas por hora efetivamente prestada, a processar mensalmente, sendo a remuneração/hora a praticada em anos anteriores: as atividades dirigidas expressamente às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do 1.º CEB são pagas à razão de € 9,28 (nove euros e vinte e oito cêntimos) por hora, tendo por base de cálculo o valor da remuneração horária correspondente à remuneração base prevista para a 3.ª posição remuneratória, nível remuneratório 19, da tabela remuneratória única da categoria de técnico superior, da carreira geral de técnico superior, atualmente fixada em € 1.407,45, conforme Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, conjugado com a Portaria n.º 1.553-C/2008, de 31 de Dezembro, sendo as demais atividades pagas à razão de € 7,92 (sete euros e noventa e dois cêntimos) por hora, tendo por base de cálculo o valor da remuneração horária correspondente à remuneração base prevista para a 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 15, da mesma tabela remuneratória única da categoria de técnico superior, da carreira geral de técnico superior, atualmente fixada em € 1.201,48.*

*13. Prevêem-se um total de 724 horas de atividades, o que totaliza um encargo total no montante de € 5.965,28, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor se ao mesmo houver lugar, sendo 170 horas à razão de € 9,28 por hora, e 554 horas à razão de € 7,92 por hora, apresentando-se no quadro seguinte as horas previstas no período considerado e correspondentes encargos:*

Atividades	N.º de horas previstas			Previsão de encargos		
	2015	2016	Total	2015	2016	Total
<i>Escola Municipal de Natação</i>	-----	177	177	-----	€ 1.401,84	€ 1.401,84
<i>Natação e Educação Física do 1.º CEB</i>	-----	80	80	-----	€ 742,40	€ 742,40
<i>AAAF do Pré-Escolar –</i>	-----	90	90	-----	€ 835,20	€ 835,20

Ata N.º	25/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

Natação e Educação Física						
Programa Atividade Sénior e outros	-----	197	197	-----	€ 1.560,24	€ 1.560,24
Sala Polivalente de Ginástica	-----	180	180	-----	€ 1.425,60	€ 1.425,60
Total	-----	724	724	-----	€ 5.965,28	€ 5.965,28

14. De acordo com o n.º 3 do art.º 10.º da LTFP, são nulos os contratos de prestação de serviços para o exercício de funções públicas em que exista subordinação hierárquica, não podendo os mesmos dar origem à constituição de um vínculo de emprego público.

15. Estipula também o n.º 21 do art.º 75.º da LOE 2015 que são nulos os contratos de aquisição de serviços celebrados ou renovados em violação do disposto naquele artigo.

16. No que diz respeito ao requisito da redução remuneratória a que se refere o n.º 1 do artigo 75.º da LOE 2015, como se trata de contratação de prestação de serviços na modalidade de tarefa, é considerado o valor total do contrato de aquisição de serviços como estipula o n.º 4 do mesmo art.º 75.º; contudo verifica-se no quadro supra o valor total do contrato é inferior a dez mil e quinhentos euros (sete meses do período do contrato vezes mil e quinhentos euros, valor mensal a partir do qual há lugar a redução remuneratória), pelo que não haverá lugar a qualquer redução remuneratória.

Assim, face ao exposto, de harmonia com o n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015, conjugado com o art.º 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere aprovar a presente proposta e dê parecer favorável à celebração de contrato de prestação de serviços para as atividades, condições e prazo acima indicados, no âmbito do ano letivo de 2015/2016, com 1 (um) prestador de serviços, independentemente da natureza da contraparte, na modalidade de tarefa, ao abrigo da alínea a), do n.º 2, do art.º 10.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), sendo o procedimento de formação do contrato por ajuste direto, ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade concordar com a proposta acima transcrita do Sr. Presidente. -----

----- **e) Aquisição de Energia Elétrica para o ano de 2016 ao abrigo do “Acordo Quadro para o Fornecimento de Eletricidade” (AQ\_04/2015) da Central de**

**Compras da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIMVDL) –  
Proposta de Decisão de Adjudicação.**-----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 15 de dezembro, do seguinte teor integral:-----

*“Considerando que:*

*a) Por deliberação tomada na reunião ordinária do dia 4 de dezembro de 2015, a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva decidiu autorizar a “Aquisição de Energia Elétrica para o ano de 2016 ao abrigo do “Acordo Quadro para o Fornecimento de Eletricidade” (AQ\_04/2015) da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIMVDL), contrato público de aprovisionamento na modalidade da alínea b), do n.º 1, do art.º 252.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), adjudicado e contratado com a sociedade EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A..*

*b) Pela mesma deliberação e para efeitos de formação do contrato foi adotado o procedimento de consulta ao abrigo de acordo quadro nos termos do n.º 1 do art.º 259.º do CCP, desenvolvendo-se a tramitação processual através da Plataforma Eletrónica de Compras Públicas da acinGov, com a referência 16/2015, com consulta à referida sociedade, única concorrente ao referido contrato público de aprovisionamento.*

*c) No Projeto de Decisão de Adjudicação anexo de 15 de dezembro, o Chefe da Divisão de Administração e Finanças dá conta de que o convite foi formalizado na plataforma acinGov no passado dia 7 de dezembro, decorrendo o prazo de apresentação de proposta até ao dia 14 de dezembro, tendo a sociedade apresentado a sua proposta naquela data, em boa forma.*

*d) Tendo em consideração os consumos previstos para o ano de 2016 indicados no Anexo III ao Caderno de Encargos, para os locais e instalações constantes nos Anexos I e II ao mesmo Caderno de Encargos, o preço contratual proposto pela sociedade EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A. é de € 223.810,20 (duzentos e vinte e três mil, oitocentos e dez euros e vinte cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor de 23%, que se contém assim dentro do preço base definido no procedimento (de € 224.388,46), conforme Projeto de Decisão de Adjudicação anexo, para um prazo de fornecimento de 365 dias, com início previsto em 1 de janeiro de 2016, havendo lugar à celebração de contrato escrito, conforme minuta anexa ao referido Projeto de Decisão.*

*e) De acordo com o n.º 2 do art.º 98.º e o n.º 1 do art.º 125.º do CCP, a decisão de adjudicação e a aprovação da minuta do contrato compete à entidade competente*



Ata N.º	25/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

*para a decisão de contratar, que é a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva face ao preço contratual, em conformidade com a competência prevista na alínea a), do n.º 1, do art.º 18.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mantida em vigor pela alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.*

*Nesta conformidade, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere o seguinte:*

*1.º) Concordar com o Projeto de Decisão de Adjudicação anexo de 15 de dezembro, e adjudicar o Fornecimento de Energia Elétrica para o ano de 2016 ao abrigo do “Acordo Quadro para o Fornecimento de Eletricidade” (AQ\_04/2015) da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIMVDL), à sociedade EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A., com sede em Lisboa, pelo preço contratual total de € 223.810,20 (duzentos e vinte e três mil, oitocentos e dez euros e vinte centimos), a que acrescem € 51.476,35 (cinquenta e um mil, quatrocentos e setenta e seis euros e trinta e cinco centimos), o que totaliza € 275.286,55 (duzentos e setenta e cinco mil, duzentos e oitenta e seis euros e cinquenta e cinco centimos), para um prazo de 365 dias, com início previsto em 1 de janeiro de 2016.*

*2.º) Aprovar a minuta do contrato de fornecimento anexa ao Projeto de Decisão, a celebrar com o Adjudicatário, que juntamente com a notificação da decisão de adjudicação será notificada ao referido Adjudicatário conforme n.º 2 do art.º 100.º do CCP, considerando-se aceite pelo mesmo quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação, como estabelece o art.º 101.º do mesmo Código.*

**----- DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade concordar com a proposta do Sr. Presidente e adjudicar o fornecimento de energia elétrica para o ano de 2016 à EDP Comercial, S.A. nos termos propostos, e aprovar a minuta do respetivo contrato de fornecimento. -----

**----- f) Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), Delegação de Viseu** – Revisão do Protocolo de Cooperação em vigor – Informação n.º 95/USC/15, de 27 de novembro, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

**----- DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, o Executivo deliberou por unanimidade fixar um subsídio para apoio à ACAPO para os anos de 2016 e 2017 no montante de dois mil e quatrocentos euros, a processar em prestações mensais iguais e sucessivas no valor de cem euros, devendo ser celebrado novo protocolo para o efeito.

**----- APROVAÇÃO EM MINUTA -----**

----- ENCERRAMENTO -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a

[illegible]